

ESTADO E EMPRESA PÚBLICA¹

JOÃO LUIZ DUBOC PINAUD*

Texto dedicado a BARBOSA LIMA SOBRINHO que, pelo exemplo e coerência de luta em defesa das teses nacionalistas, deve ser chamado Pai da Pátria.

As novas práticas políticas chamadas *globalização* e *privatização* significam exatamente o que? São projetos antigos ou a grande novidade para o terceiro milênio? Qual a utilidade concreta para quem vive do próprio esforço e não da exploração do trabalho alheio. E finalmente, que vantagens os povos latino-americanos, africanos e do grande Caribe vão tirar disso?

Palavras como **globalização** e **privatização** apontam recente e avassalante conquista do capitalismo internacional. São termos-chaves do discurso retórico do jogo político de continuar explorando o Terceiro Mundo. Embora pareça ser avançado e moderno colar e ostentar as etiquetas *neo* (neoliberal, neo-globalizante, neo-pós-moderno) estamos engolindo, nós que não somos o Primeiro Mundo, nova receita de espoliação para quem não vive no primeiro mundo e deve continuar atrasado em seu possível desenvolvimento diferenciado.

Deve ser antigo o impulso humano de ultrapassar os limites geográficos de uma cidade, feudo ou país, quando o Homem atingiria suas *dimensões globais*. São empenhos milenares. Sim, a idéia da universalização do homem

1 Notas para o 1º Congresso dos Empregados da CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A) - Florianópolis, 25.5.97.

* Advogado, Professor Titular da Universidade Federal Fluminense, Membro Efetivo do Instituto dos Advogados Brasileiros – IAB, Consultor da Comissão Nacional dos Direitos Humanos do Conselho Federal da OAB e Coordenador do *Studium* – Instituto de Pesquisas Jurídico-Sociais e Políticas.

é bem antiga e anterior à formação dos chamados “Estados Nacionais”. Esse pensamento marchou ligado a outras transformações científicas. Não mais o sistema geocêntrico (Ptolomeu indicara a terra como centro universal) e sim novas explicações – que vieram séculos depois com Nicolau Copérnico (1473-1543) apontando o Sol como centro em torno do qual giravam os planetas (heliocentrismo). Por certo chamaram “Ptolomeus atrasados” quem acreditasse na Cidade, no Estado-Nação e “Copérnicos-avançados” os supra-nacionais, internacionais. Segue-se: os neoliberais globalizantes do Sr. Cardoso são ligados ao Sol! Aliás a palavra “cosmopolitismo” foi cunhada na Grécia antiga (séc. IV a.C.) para homenagear as transformações que Alexandre Magno impunha com suas conquistas: fusão das culturas helênicas e orientais. Mas o filósofo Aristóteles – mestre do conquistador – nunca escreveu uma linha sobre as conquistas do discípulo. Fato é que a palavra “Cosmopolita” (cidadão do mundo) significou a superação do “Polítes”, homem da Cidade-Estado.

Se nossa conversa fosse sobre palavras levaríamos em conta como todas elas jogadas no tempo, através da história, podem revelar ou mascarar as diferentes situações humanas. E o termo “globalização” esconde e disfarça o homem pobre e estagnado, inteiramente excluído de qualquer órbita global.

Uma palavrinha grega – “Koinonia” – para lembrar que essa de comunidade maior, ampliada pelo mundo inteiro (tal como proposta por Alexandre Magno) marca tal movimento. O poeta Dante falou numa cidade universal do gênero humano como totalidade. Primeiro teórico da globalização antecedeu Marshall MacLuhan no conceito de “aldeia global”? Mas quem ajuda a globalizar e privatizar não precisa citar ninguém, muito menos demonstrar os fatos. E agora, 1997, século XX terminando, privatizam a Vale do Rio Doce, sem nenhuma justificativa, nenhuma fundamentação. Basta ser plano de uma ordem econômica internacional para tornar-se intangível. Uma simples oferta do governo Cardoso ao Senhorio Universal! E pensar que essas privatizações dentro de um projeto globalizador partem de uma idéia mágica e fascinante: cada homem não mais ligado apenas a sua aldeia, seu reino ou sua nação, e sim pertencendo a um mundo maior. Mas foi exatamente disso que a globalização se aproveitou para distorcer e explorar.

Mas alguns brasileiros, na América Latina, no grande Caribe e na África, não são tão alienados para não compreender que nenhum trabalhador

vai morar nessa Cidade-Global. E sabe: nunca serão do povo – por incompatibilidade estrutural existente entre Senhores/Escravos – as riquezas que ela irá gerar para suas elites.

Estamos, sim, diante de um outro “descobrimento” da América invadindo, espoliando, estiolando nossas culturas, dissolvendo nossa identidade e bloqueando todas as nossas possibilidades.

A globalização, que exige privatizações para anular o Estado, só pode trabalhar com níveis gerais, nunca com pessoas concretas, com lugares e contemplando características diferenciadas. Devemos ficar atentos a esse ponto: ela exige também estrutura categorial para *atenuar* os conflitos existentes entre essas pessoas (digamos, sem-terra e latifundiários, empregado e patrões) e *eternizar* (essa última observação é de István Mészáros “The Power of Ideology, Londres, 1989) seus parâmetros estruturais do mundo social estabelecido.

Numa simples observação: estamos diante do cancelamento das dimensões históricas de cada um dos povos para atender a interesses que nunca poderiam ser de cada um deles. Nessa nova onda, todos os seus problemas sócio-econômicos específicos serão necessariamente colocados num segundo plano ou apagados.

Se abrimos livrinhos antigos acharemos curiosidades úteis: o romano Marco Túlio Cícero (nascido em 106 a.C.) escreveu contra a globalização e era bem conservador! Num livro chamado “República” alertou: os vínculos com uma nação poderiam ser eliminados sem que se renegasse a própria natureza humana.

Pois esse é o ponto que nos interessa: a nossa natureza histórico-social e cultura será apagada, deixaremos de ser *tópicos* – pertencentes a um lugar, e *típicos*, com as características dele.

A globalização, com as privatizações que sua agenda necessita é uma nova “Pax Romana” conquistando e saqueando a título de internacionalizar e equilibrar. É uma construção jurídico-política sofisticada, nova retórica dos imperialismos modernos. E sua *new-face* de dominação mediante ordem econômica internacional não esconde que *é necessário sofrer o governo dos mais fortes e deixar ao seu arbítrio dar ou tomar o que quisessem, sem outros juízes que eles mesmos*. O historiador Tácito (120 a.C.) foi o primeiro a considerar a retórica do imperialismo supranacional para “justificar” o domínio dos poderosos sobre povos oprimidos, aqueles juízes e donos desses.

Podemos até chamar os que hoje trabalham intelectualmente para globalizar e privatizar os Estados Nacionais de servos teóricos ou “moços de bom recado”, como os reis portugueses colonizadores chamavam seus moleques para encargos. Estão todos aí, revezando-se no poder, com seus espaços amplos na mídia para justificar as privatizações sem dizer como serão “globalizados” os lucros que o povo jamais conhecerá.

A privatização da empresa pública no Brasil é etapa final do sucateamento do Estado brasileiro. Sua prática nunca é nitidamente exposta. Durante o regime militar eram decretos sigilosos para endividar criminosa e impunemente o país, comprometendo a soberania nacional. Atualmente no governo neoliberal do Senhor Cardoso, os interesses dos grupos internacionais e dos prepostos nacionais são ideologicamente mascarados, com sofisticação e charme para que os povos não possam identificar prontamente suas reais necessidades e, em consequência, localizar seus inimigos. E os opositores são desqualificados, pois consideram o nacionalismo algo fora de moda. Assim, as idéias de globalização e privatização são vendidas e executadas num Brasil onde “convivem”, por exemplo, minorias enricadas e multidões empobrecidas, latifúndios e legiões de sem-terra, onde os carros dormem em edifícios-garagem e nas ruas os sem-teto. Tudo entre risos e gracejos, pois elites governativas são muito contentes e graciosas. Pouco se deram conta de um episódio tão menor. Fotógrafos haviam demorado para fixar pose do presidente plantando no jardim da embaixada brasileira na Bélgica. Foi quando o presidente Cardoso pediu pressa *senão pensariam que ele era um Sem-Terra*. O Sr. Cardoso disse tanto com essa frase: *não era um Sem-Terra, nunca seria um deles nem por eles* e, finalmente, que os camponeses sem nada, simplesmente *não eram, etc.* Mas não é no repertório do presidente Cardoso – que o jurista Fábio Konder Comparato considera, com bons argumentos, um *macunaíma de mal caráter*, que encontraremos mostras do desprezo risonho e distanciamento diante da miséria de milhões. É o próprio esquema globalizante que marca essa exclusão, pois não beneficia todos. Enquanto se anuncia a eliminação das fronteiras dos nossos espaços sociais um dado claro, como notou a venezuelana Nelly Arenas (“Globalizacion e Identidad Latino Americana” – Nueva Sociedad 147): as elites estão muito mais conectadas com o que se passa no mundo que os grupos mais desfavorecidos. Por outro lado, devemos notar que as transformações culturais do povo não são velozes como as mudanças tecnológicas, nem por elas substituídas. A uniformidade passada pela TV apagou as diferenças regionais brasileiras?

Mudaram as linguagens, vestuários, costumes, etc.? As rendeiras no Nordeste, por causa das máquinas, abandonarão suas mãos de Aracne (figura mítica de tecelã), condenadas a tecer para sempre teias perfeitas mas inúteis?

O filósofo Gilles Deleuze observou que no capitalismo só uma coisa é universal, o mercado; não existe Estado universal, justamente porque existe um mercado universal cujas sedes são os Estados e as bolsas. E ele não é homogeneizante nem globalizante nessa fabricação de riquezas e misérias. Que paralelogramo de forças econômicas nos autorizaria acreditar que as populações excluídas desse mercado ingressariam na riqueza? O lucro vai cuidar delas?

Estamos diante de uma nova ordem das formas privatizantes ou outra ordem de relações sociais nas dimensões econômicas, onde grupos dominarão **sem nenhum limite** senão os que forem ditados pelas suas próprias necessidades de dominar e explorar?

Ora, os direitos que pertencem ao povo, não aos governantes, só deve realizar valores coletivos e não formas legais.

Noam Chomsky, nas suas entrevistas (Cf. Linhares, Célia Frazão, *Dilemas de um Final de Século*, Cortez Editora, S. Paulo, 1996; Schilling Paulo R. *Brasil: A pior distribuição de renda do planeta. Os excluídos*, São Paulo, 1994 – Cedi/Koinonia) observou a tendência de “dobrar a brecha entre os países ricos e pobres” e estimou em US\$400 bilhões, as transferências Sul-Norte entre 1982-1990. E analisando as atuais direções da militância política contra estruturas injustas apontou para a internacionalização da economia e concentração do poder nas mãos de corporações transnacionais, instituições financeiras especuladoras e estruturas que se desenvolvem em torno dos governos, como Banco Mundial, o FMI, o Gatt, NAFTA (Acordo Norte-Americano de Livre Comércio), etc.

Paulo R. Schilling, examinando a conjuntura econômica brasileira apresentou argumentos cortantes e irrespondíveis: as reservas internacionais no exterior rendem juros de 3% ao ano e o governo paga aos bancos “credores”, no relativo à dívida interna, taxas de juros de 24/34 reais, ou seja, 7 a 11 vezes mais alta que as recebidas no depósito das reservas monetárias. E para atender a compromissos relativos às dívidas externa e interna, reservou no orçamento da União relativo a 1993 recursos equivalentes a 62% das despesas. Sobraram, portanto, somente 38% para atender aos encargos administrativos, pagar funcionários públicos federais

e os militares, manter os serviços sociais (previdência, saúde, educação, alimentação popular, habitação, etc.) e para investimentos públicos na economia. Assim são detonadas as economias nacionais reais onde o típico, tópico e diferente, poderia **nascer, desenvolver e exportar**.

Como compatibilizar objetivos globalizadores (ajustes estruturais para pagamento de falsas “dívidas” externas que só existem como crimes) os lucros das transnacionais com nossas necessidades de desenvolvimento?

As privatizações feitas – com maior velocidade e audácia no governo Cardoso – são o crescente processo de pauperização. A redução violenta da renda **per capita** coloca, como observou Schilling, países como o Brasil na condição de “exportadores de capital” (serviços da dívida externa, degradação dos termos de intercâmbio, evasão de capitais, lucros das empresas transnacionais, *royalties*, etc.) enquanto o mantém, podemos acrescentar, como explorado em suas matérias-primas.

A privatização da Vale do Rio Doce, por exemplo, é a entrega do nosso sangue, de **riqueza do povo que está nas entranhas de seu solo**. É uma outra modalidade de colonização em moldes primitivos. O governo quer privatizar uma riqueza que ele nem conhece, não pode medir sua dimensão, do mesmo modo que os governos anteriores, pagaram sempre a “dívida” externa brasileira sem saber, como ninguém sabe ainda, o seu efetivo montante.

Há um pronunciamento nacional da maior seriedade que não foi considerado pelo governo. Trata-se da representação feita em carta assinada por Barbosa Lima Sobrinho (ABI), Sérgio Ferreira (SBPC), Dom Luciano Mendes de Almeida, Ernando Uchoa (OAB), Raymundo de Oliveira (Clube de Engenharia), Hermann Baeta (IAB) e Oscar Niemeyer (arquiteto). Tal manifesto alerta: A Vale conhece o subsolo e lida basicamente **com recursos não-renováveis**. São reservas de aproximadamente 41 bilhões de toneladas de minério de ferro, 994 milhões de toneladas de minério de cobre, 678 milhões de toneladas de bauxita, 67 milhões de toneladas de caulim, 72 milhões de toneladas de manganês, 70 milhões de níquel, 122 milhões de toneladas de potássio, 9 milhões de toneladas de zinco, 1,8 milhão de toneladas de urânio, 1 milhão de toneladas de titânio, 510 mil toneladas de tungstênio, 60 mil toneladas de nióbio e 563 toneladas de ouro. Não é preciso falar em portos, frotas de navios, ferrovias e trens, nem nas florestas replantadas para produção de 400 mil toneladas/ano de papel e celulose. A Vale do Rio Doce é “a maior agência de desenvolvimento regional em operação no território brasileiro, presente em nove Estados da Federação”.

Do fundo confuso da memória, minha infância conta uma vaga estória: milionário norte-americano quis comprar o “Cristo Morto” de Van Djick e a comunidade, depois de muito discutir, reconheceu que aquela obra de arte pertencia à Holanda, não estava à venda e não tinha preço. A oligofrenia política está discutindo “quantias”, “*quem paga um pouquinho mais ou um pouquinho menos*”. O debate sobre preços desloca a questão central: **A Vale do Rio Doce não pode ser vendida, nem paga a preço de moeda, pois pertence ao passado, ao presente e, sobretudo, ao futuro do Brasil.**

Ainda que fosse ética uma mesa de negociação a venda seria o suicídio nacional. Como observa o jurista Calheiros Bonfim (Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB), teríamos apenas a Vale e a Petrobrás com trunfos no embate internacional. Suicídio igual seria o movimento dos Sem-Terra desistir das ocupações e tranquilizar os latifundiários “*concentraremos nossa luta através de petições e apelos à consciência conservadora brasileira*”.

Como realizar nosso desenvolvimento alimentando o desenvolvimento dos interesses dos grandes capitais? Na verdade não está assegurado o básico direito à vida e as pessoas estão submetidas a doenças politicamente evitáveis ou curáveis, e são sistematicamente assassinadas – índios, crianças e adolescentes pobres – no campo e na cidade? A UNICEF, no conhecido relatório **Situação Mundial da Criança** informou que morrem anualmente 14 milhões de crianças antes de atingir 5 anos de vida, sendo 1 milhão na América Latina, detendo o Brasil a cifra de 300 mil. Vão globalizar e privatizar essa realidade?

Não se pode falar em direito ao desenvolvimento enquanto a África, Caribe e América Latina estiverem submetidos a essa ordem mutiladora?

O jurista Miguel Seabra Fagundes (numa indicação ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil) haveria considerado Acordo Dois (quem em 1982 alucinou o endividamento externo brasileiro) o mais triste documento da história brasileira pela declarada renúncia à Soberania Nacional. O que diria hoje – se ainda o Brasil o tivesse vivo – sobre as privatizações do setor energético, sobre a Vale?

Barbosa Lima Sobrinho (*Jornal do Brasil*, 20-abril-97) pergunta e o lamentável presidente Cardoso não pode responder: *o que veio estimular a cobiça de estrangeiros, e também de brasileiros, que tentam se substituir ao Estado brasileiro, no comando dessas estatais?* E assinala: *é, pois, o*

lucro que está em causa, não a essência que a administração pública tem demonstrado com tanta competência. Mas há que se distinguir entre os dois comandos, da administração pública e o da administração privada. O que visa a administração privada, senão ao lucro, para conquistar aplausos nas assembléias-gerais que se reúnem para aprovar os resultados apresentados pelos seus diretores? Barbosa Lima vem alertando que a parte ou função social da administração privada está sempre em segundo plano. Ela se empenha, como observa, na melhor remuneração de seus acionistas, como proporcionar maiores e melhores dividendos. E conclui: com a administração pública a questão do lucro passa a ser secundária, para ser substituída pelos deveres sociais, em benefício não dos sócios, mas da comunidade em geral. Pois não é isso que define uma privatização que coloca acima de tudo apenas a distribuição dos dividendos aos sócios da empresa.

Não é possível alongar tantos aspectos. Indicaremos apenas um deles, através do artigo do psicanalista Jurandir Freire Costa (*Jornal do Brasil*, 22-abril-97) a propósito do cruel assassinato do índio Pataxó Galdino: “...estamos dispostos a aceitar – falo das elites obviamente – é o mito de que somos cidadãos de um mundo globalizado pelos artefatos informáticos e pela comunicação via Internet. Esse mito vem fazendo da elite brasileira um fantoche de interesses comerciais de empresas, cuja preocupação é o lucro. Embarcamos quase todos na mão de irresponsáveis. Totalmente, passamos a acreditar na idéia de que a “comunidade cultural”, “cidadania nacional”, “coletividade ligada por valores morais”, é conversa de comunista, perdedor econômico ou franciscano sem batina. E anota: se esse no man's land existe, já mostrou sua cara: é a cara do inferno de violência em que este infeliz país se tornou. Vamos mudar, antes que seja tarde. Vamos ensinar a nossos filhos que não há dinheiro, sucesso ou poder que possa transformar o mundo num lugar de solidariedade, amizade e alegria.

Talvez em livrinhos velhos encontrássemos nas falas de Sócrates a idéia de que a Justiça é cada um fazer o que lhe toca. O *tuxaua* Paulo Camuru disse algo que hoje serve de recado: *a gente recebe notícias dos mensageiros e sabe que nossos irmãos estão sofrendo. Precisamos andar junto com eles, estamos prontos para dar a nossa assinatura.* E o que nos toca é sair em campo protestando em massa contra essas privatizações criminosas gerenciadas por pessoas sem nenhum compromisso com o povo brasileiro.

Quando 27 líderes de nações indígenas se reuniram na Comissão de Direitos Humanos da OAB Federal, em Brasília, em defesa dos Ianomami,

ensinaram: todas as nações indígenas estavam sofrendo e em perigo, entretanto a nação Ianomami sofria mais. Portanto, foram em favor dela as ações de defesa. Do mesmo modo, na nossa luta contra privatizações e ajustes estruturais no Terceiro Mundo, a mensagem pela preservação da Vale do Rio Doce é urgentíssima, ela está em perigo próximo e sofrendo mais que as outras. Ou melhor, o futuro do Brasil, através dela, é que está perigando e ameaçado de sofrer, sem remédio aparente, a mutilação do seu futuro. Assim também, torna-se urgente impedir que as empresas públicas brasileiras sejam privatizadas em negociatas, em lugar de passarem por um aperfeiçoamento democrático.

Este dispositivo, por muitos criticado, estabelece uma federação com três círculos de poder, sendo que na esfera menor de poder, existe uma federação de Municípios. Sem dúvida, a fórmula constitucional é inovadora em organização estatal que hoje se reflete, por exemplo, na Bélgica, que de um Estado Unitário transformou-se em uma federação em três níveis.

Talvez o papel mais importante desse modelo tenha sido o de levar a discussão constitucional até os Municípios, que tiveram que elaborar suas Constituições ou na denominação da Constituição Federal. Leis Orgânicas Municipais.

Seguindo-se a avalanche de ações diretas de inconstitucionalidade, movidas pelos Prefeitos, que tiveram seu poder extensamente reduzido de forma inconstitucional, pelo Legislativo Municipal com poderes constituintes, as Assembleias Constituintes Municipais limitaram-se a repetir as Constituições Federal e Estadual, e esta última, por sua vez, passou a repetir a Constituição Federal.

Além da importante valorização da Constituição Federal, o novo modelo constitucional de federação não goza dos autênticos princípios

¹ Procurador-Geral da UFMG, Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos de Minas Gerais, Professor de TGE da FDUFG, Mestre e Doutor em Direito Constitucional.

² Trabalho elaborado a partir da tese de doutorado na qual defendemos o Poder Municipal e o espaço da cidade como o que permitirá a implementação de forma ampla da democracia e os direitos humanos.